

**LUGAR E CIDADANIA: IMPLICAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS DAS POLÍTICAS DE
CONSERVAÇÃO AMBIENTAL**

(situação do Parque Estadual de Ilhabela na Ilha de São Sebastião - Município de Ilhabela – SP)

Profa. Dra. Sueli Angelo Furlan
Departamento de Geografia – FFLCH- USP
São Paulo – SP – Brasil
Telefone: () 11 3091 3769
e-mail: sucaangf@usp.br

**LUGAR E CIDADANIA: IMPLICAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS DAS POLÍTICAS DE
CONSERVAÇÃO AMBIENTAL**

(situação do Parque Estadual de Ilhabela na Ilha de São Sebastião - Município de Ilhabela – SP)

Profa. Dra. Sueli Angelo Furlan
Departamento de Geografia – FFLCH- USP
São Paulo – SP – Brasil
Telefone: () 11 3091 3769
e-mail: sucaangf@usp.br

Introdução

Neste trabalho discute-se como moradores de uma cidade insular litorânea percebem e interpretam as políticas públicas de conservação ambiental em seu município. A Ilha de São Sebastião onde se situa a cidade de Ilhabela localiza-se no litoral sudeste do Brasil - domínio morfoclimático das Matas Atlânticas (Fig. 01). É uma cidade formada por arquipélago de 12 ilhas onde a Ilha de São Sebastião é a maior com 33.593 ha de área. A Serra do Mar e suas ilhas rochosas neste trecho da costa brasileira encontra-se muito próxima a linha de costa conferindo a paisagem de “montanha” e mar uma beleza valorizada pelo turismo (Fig. 02). Nesta cidade insular foi criado, em 1977, o Parque Estadual de Ilhabela que cobre 85% do município e 83% da Ilha de São Sebastião.

O estudo partiu das seguintes premissas:

- ❖ A criação de áreas protegidas no Brasil gera impactos sociais que se desdobram em impactos ambientais dentro e fora do perímetro da Unidade de Conservação;
- ❖ As “não políticas”, são as políticas que vigoram nas situações socioambientais mais conflitivas e delas decorrem os principais impactos socioambientais.
- ❖ Na Ilha de São Sebastião o Plano de Gestão Ambiental, primeiro projeto participativo de gestão de um Parque estadual no Estado de São Paulo foi implantado sem que os estudos necessários sobre as áreas a serem protegidas tivessem sido realizados, em particular no que se refere aos aspectos eco-geográficos, populacionais e sócio-culturais.

Para discutir essas premissas foi feita uma caracterização geral da ilha partindo de duas grandes noções de tempo: o tempo biogeográfico e o tempo social. A partir de uma análise da percepção ambiental dos moradores discutiu-se as políticas públicas de criação e gestão do Parque estadual insular e sua relação com lugar.

A abordagem teórica pautou-se na análise das concepções de **território, natureza e lugar** como expressão da ilheidade e a insularidade, como propõe Moles (1982), Péron (1993), e Diegues, (1998). Tratamos da representação simbólica analisando entrevistas realizadas com diferentes moradores ilhéus demonstrando que partem de valores e atitudes que não se explicam apenas pelas relações de trabalho, tendo fundamentos simbólicos e no imaginário social. O território como lugar e a identidade, não podem ser compreendidos em si mesmos, há sempre uma mediação com os objetos ou a materialidade do lugar.

Analisou-se, também, a recente urbanização da ilha e a progressão do desmatamento nas últimas décadas discutindo sua natureza e, em particular, as implicações sociais e ambientais da criação do Parque Estadual para as comunidades de pescadores artesanais.

Concluiu-se que a velocidade com que o turismo de segunda residência e hotelaria se implantou, na ilha vem mudando o estilo de ocupação, principalmente na ausência de políticas públicas urbanas para a ilha. A ocupação desordenada em toda orla voltada para o canal de São Sebastião resultou numa progressão do desmatamento estimado em 5% para o período de 1986 a 1997. A ausência de políticas públicas para atuar na causa do desmatamento tem levado a uma expansão desordenada da ocupação urbana no entorno do Parque.

Discutimos vários aspectos dessa questão, abordando como se determina o futuro de lugar nele e fora dele. Uma nova identidade vem sendo imposta pelo turismo.

As concepções de mundo, de natureza, de inter-relações são essenciais na construção de um modelo cívico diante dessa nova realidade. São aspectos complexos e difíceis de serem analisados. Em Ilhabela os ilhéus valorizam as singularidades do ambiente insular e refletem sobre o modo como se pode utilizá-la e conservá-la, questionando ao mesmo tempo como torná-la lugar de melhores condições de vida. O fato de perceberem que isto é necessário para todos os ilhéus e não apenas para uma parte de seus moradores e frequentadores é um passo essencial, uma possibilidade de uma nova pedagogia para a cidadania.

Neste texto abordaremos resumidamente apenas alguns aspectos desta ampla pesquisa.

Lugar e cidadania: ilheidade e insularidade no território dos excluídos

No Brasil vivemos um processo recente de construção de políticas públicas com maior participação social. Esses processos participativos ainda são fragmentários, e muitas vezes cooptados por interesses maiores, conduzidos já no seu nascedouro, por ideologias que vedam os olhos dos cidadãos e que mutilam sua autonomia e prática democrática de tomada de decisão. Na

verdade em muitas iniciativas os processos participativos impõem uma nova identidade aos cidadãos não incentivando sua capacidade de poder ver, analisar, refletir e tomar decisão...

Por outro lado a ausência do Estado, na resolução de problemas socioambientais tem tido um papel fundamental numa sociedade sem modelo cívico, como a brasileira.

No caso estudado o direito ao território se confunde ao direito de ser proprietário de terra. Ser dono de um terreno não assegura o direito de autonomia cultural e de valores. No caso dos pescadores artesanais (no Brasil denominados caiçaras) não lhes assegura o modo de vida e autonomia de escolha sobre o seu futuro, não lhes assegura o território enquanto lugar.

Neste estudo questionou-se a condução das políticas públicas de gestão do Parque Estadual de Ilhabela, buscando perceber se o parque é afinal território e lugar para os ilhéus no sentido amplo da cultura.

Discutiu-se, a partir de amostragem de entrevistas realizadas com moradores de Ilhabela, aquilo que poderia, em primeiro plano, retratar as experiências individuais e coletivas que os moradores adquiriram por meio de sua vivência direta com a Ilha e indiretamente pelas informações que lhes chegam das pessoas de fora (funcionários públicos do governo estadual, migrantes, turistas, moradores temporários) escolas, livros, mídia.

Na interação entre moradores e as paisagens da Ilhabela foi possível identificar diferentes tipos de relacionamentos, segundo grupos variados de pessoas, os quais nem sempre têm os mesmos interesses ou as mesmas necessidades, uma vez que cada um deles estabelece relações distintas com a ilha. Pudemos constatar nessa amostragem que existem várias “ilhas sociais” dentro da mesma Ilhabela. Essas várias ilhas expressam diferentes concepções de lugar, território e natureza.

Em Ilhabela o espaço é compartilhado por diferentes grupos sociais que representam interesses conflitantes e múltiplas expectativas de inserção nos sistemas produtivos locais. São pescadores artesanais e assalariados, servidores públicos, empresários, migrantes de várias cidades do país, ou mesmo de outros países e também de diferentes grupos sociais, etc. Todos vivendo em um município, que de certo modo vem se “especializando” nos serviços ligados ao turismo e por decorrência na indústria da construção civil evidentemente, interligados. As políticas públicas de conservação ambiental estão profundamente implicadas nesse quadro uma vez que 83% do território insular é uma unidade de conservação de modalidade restritiva, aonde a atividade turística vem sendo identificada pelo governo e pelos sujeitos sociais como a principal missão da Unidade de Conservação.

Mas qual a imagem de participação, poder de decisão, engajamento que os moradores de Ilhabela tem de si mesmos?

Universo da pesquisa

Nosso objetivo foi responder esta questão através da análise de um projeto recente do governo do estado de São Paulo que procurou construir metas de planejamento para o Parque utilizando-se de metodologias participativas. Utilizamos o instrumento da entrevista para visualizar os impactos deste projeto. Na pesquisa de campo procurou-se enfatizar o aspecto perceptivo dos moradores quanto às imagens que diferentes sujeitos sociais tem da ilha. Foram analisados 97 questionários dentro de uma amostra de 130 entrevistas. Não se enfatizou o número de entrevistados, mas a qualidade das respostas e o conteúdo, pois não era objetivo metodológico do trabalho testar critérios de análise estatística. Para analisar as respostas dividiu-se os moradores entrevistados em agrupamentos buscando identificar percepções diferentes, conforme os objetivos iniciais do projeto. Esse critério assim como a escolha da amostra foi totalmente aleatória. Assim analisamos e comparamos respostas nos seguintes agrupamentos:

1. Moradores urbanos e moradores das comunidades
2. Moradores nascidos e não nascidos na ilha.
3. Moradores de diferentes camadas sociais
4. Moradores de diferentes faixas de idade

A entrevistas foram sempre espontâneas e a maioria dos entrevistados de nossa amostra está no segmento de baixa renda. Apesar disso confrontamos as respostas das camadas mais pobres e àquelas obtidas dos entrevistados de maior poder aquisitivo.

Para analisar as respostas utilizamos também as histórias de vida de alguns moradores, trabalho em andamento que não foi incluído integralmente nesta pesquisa de doutoramento. Os bairros mais representados na amostra foram Saco da Capela, Reino, Água Branca, Castelhanos e Perequê. Água Branca, Greenpark e Reino, ficam do lado urbano do canal de São Sebastião, mas são mais afastados da praia. Barra Velha é um dos bairros mais populosos e onde se localiza o *pier* da balsa que faz o traslado continente-ilha. Perequê é um bairro localizado na maior planície litorânea da ilha e onde está um dos principais centros comerciais urbanos. É onde fica também a sede da prefeitura municipal e várias secretarias municipais. O centro histórico ou vila se localiza na parte mais antiga do município e onde ocorre o maior fluxo de turistas e aonde se concentra um comércio voltado para o turista. Engenho d'água é um bairro próximo ao centro onde ficava a antiga fazenda de mesmo nome. Itaquanduva ou Taquanduva são bairros próximos ao centro. Itaguassú é também conhecido como morro dos mineiros, nome dados aos moradores imigrantes que residem nessa encosta. Saco da Capela é uma localidade importante que no passado era uma das maiores vilas de pescadores artesanais, hoje é onde se concentram hotéis e restaurantes. Castelhanos, Praia Vermelha e Praia Mansa ficam do outro lado da ilha e formam três praias separadas por costões rochosos. Essas três praias têm ocupação caiçara tradicional, muito embora exista uma ou outra casa de turista. O acesso à região se dá pela estrada dos Castelhanos (Fig.03).

A maioria dos entrevistados tem baixa escolaridade. Sendo que 70% não tinham o ensino fundamental completo. 31% do entrevistados cursaram até a 4ª. série e 17% eram analfabetos. Estas proporções não são incompatíveis com os levantamentos censitários oficiais.

A maioria dos entrevistados é do sexo masculino. A ocupação predominante das entrevistadas é a de “dona de casa”. Para os homens a maioria são pescadores, trabalhadores da construção civil e do comércio, compondo 45% dos entrevistados.

Lugar como percepção experiencial

Alguns autores consideram que o meio insular com um território definido, reforça a noção de lugar (Diegues, 2000). Esse território-lugar, expressa muitas formas de solidariedade e relações sociais, que podem ser identificadas nas relações de trabalho, nas expressões culturais, no “discurso” do morador ilhéu. No plano simbólico morar numa ilha, ainda é estar no centro do mundo, como se refere Péron (1993). Para muitos ilhéus entrevistados em Ilhabela todos aqueles que não nasceram na ilha são estrangeiros - “gente de fora”. O cotidiano insular que é vivido de forma distinta do continental, pois material e simbolicamente o espaço insular é diferente, pelo menos por três razões geográficas: a presença marcante do mar, a finitude do espaço terrestre que sobrevaloriza tudo o que existe em seu interior e a escala reduzida das ilhas, onde ainda hoje os meios de transporte são distintos dos existentes no continente.

O mar de fato exagera a impressão de separação, mesmo que o continente esteja próximo, como é o caso da Ilha de São Sebastião, separada do continente por um canal de aproximadamente 2 km e largura. No plano real a finitude do espaço diz respeito à territorialidade diferente do continente, pois as ilhas contêm sociedades territorializadas onde os limites são claros. Os ilhéus, principalmente das comunidades de pescadores artesanais expressam nitidamente essa concepção quando falam de seus sentimentos em relação ao lugar.

A importância do território é fundamental para a construção do sentimento de pertencer e da identidade do ilhéu. Em Ilhabela, o morador identifica seu território por atributos ambientais, não apenas pelo que a ilha evidentemente tem como ecossistemas, mas pelo modo como se relaciona com os mesmos.

Em Ilhabela a identidade insular explica tanto o modo como se construiu o sentimento de pertencer ao território insular como o de estar perdendo seu lugar em função dos conflitos, principalmente fundiários e da repressão sobre as atividades tradicionais de pesca e agricultura, desencadeada a partir da implantação do Parque Estadual de Ilhabela e da atividade turística.

No entanto apesar do avanço do turismo, da marginalização dos ilhéus de segmento social mais pobres¹, e das políticas de conservação socioambiental excludentes o sentimento de pertencer a um lugar diferente dos demais com cultura diferenciada das demais, permanece como estruturador inclusive da resistência política do ilhéu.

Em relação à cultura caiçara a ilheidade permanece, muitas vezes como forma de indignação às vezes se expressa como lembrança positiva da identidade cultural caiçara - insular, mesmo para os nascidos na ilha que hoje moram e vivem na área urbana da ilha.

França (1954:101) já afirmava que é impossível compreender as relações entre os membros dos agrupamentos da Ilhabela se não se levarem em consideração dois fatores de particular importância: a condição de miséria em que vivem e a solidariedade que os une.

Solidariedade que permanece nas relações de vizinhança e de trabalho. Ainda hoje como há 50 anos atrás permanece a pobreza geral das comunidades de pescadores artesanais. A vida do caiçara das comunidades de Ilhabela é simples sem nenhum dos elementos materiais que caracterizam a vida urbana da Ilha. Não há energia elétrica, assistência à saúde, escolas. Apesar da riqueza de saberes são vistos com certo preconceito. O sentimento de pertencerem às comunidades em que cresceram é um fator de identidade e de coesão interna.. Entre eles ainda se tem uma regionalidade insular reconhecida pela sua origem nas diferentes praias. Assim temos o “pessoal” dos Castelhanos, do Bonete, do Sombrio, da Sela, da Guanxuma, do Estácio, etc.

Pode-se ainda dizer como relata França, 1954: 102:

“A solidariedade entre os membros de uma comunidade, principalmente das mais segregadas ou das que reúnem poucos indivíduos ou famílias, embora não regulada por nenhuma organização ou instituição é importante fator de equilíbrio e mesmo de certo conformismo com a pobreza”.

... Maior solidariedade entre os caiçaras, observa-se quando há doença grave: conduzir o enfermo a São Sebastião, Ilhabela ou Santos, proporcionar recursos à família para a compra de medicamentos, procurar na mata folhas, raízes, cascas recomendadas pelos “conhecedores” locais, cuidar da casa e dos filhos, são oportunidades para o exercício de manifestações espontâneas de ajuda.”

Isto ainda hoje é assim. O êxodo de trabalhadores e famílias não significa até hoje a perda de contato com a Ilha. Muitos dos entrevistados saíram da ilha fugindo da miséria, mas retornaram. Muitos voltam para se casar com moças da ilha (França op. cit.).

¹ Os ilhéus caiçaras passaram por dupla marginalização. Por serem diferentes como ilhéus e pela imagem que se tinha do caiçara como preguiçoso, indolente e não

Portanto lugar e cidadania estão interligados e envolvem além dos direitos a uma vida digna, o respeito ao modo de vida e a identidade cultural. Daí a necessário discutir as diferentes concepções de território que moradores e gestores da política ambiental possuem. **A concepção de território como lugar foi desprezada nas políticas de ambientais, em particular na criação, implantação e gestão do Parque.** O território vem sendo reduzido a luta pelo direito de propriedade da terra. A concepção de território caiçara como espaço não contínuo e produto de representações materiais e imateriais é parte de uma outra referência ao espaço. Mais abrangente do que a propriedade privada. Daí porque desencadear outro conflito quando se fala em delimitar as áreas da cultura caiçara em Unidades de Conservação,. Não há como abarcar os espaços vivenciais num perímetro único, ou mesmo em glebas. Pois o território é descontínuo em seus significados.

A descontinuidade do território aparece também no modo como se utilizam os recursos da natureza. Esse um outro aspecto nunca tratado adequadamente nas políticas de conservação ambiental. Do ponto de vista ecológico a utilização não contínua da floresta, do mar e das águas continentais, favorece a manutenção de processos ecológicos fundamentais num ecossistema, que podem melhor responder a impactos de uso. A descontinuidade de utilização dos recursos no território caiçara é uma grande virtude nunca valorizada pelas políticas conservacionistas. Os caiçaras desconsiderados como parceiros da conservação foram colocados em situação de conflito com as políticas conservacionistas. Conflito que parte de concepções distintas tanto de natureza como de território e lugar. Isso contribuiu para um progressivo rompimento dos elos simbólicos com a natureza. Passando-se também a valorizar a propriedade privada como forma de reconquista do lugar em detrimento ao uso coletivo do território.

Pudemos confirmar alguns pontos dessas afirmações nas entrevistas que foram orientadas também para levantar as expectativas sobre o futuro e a auto-imagem de participação dos entrevistados na implantação do Plano de Gestão Ambiental do Parque Estadual de Ilhabela (PGA). O PGA foi elaborado pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, introduzindo uma nova metodologia de planejamento que considerou a participação de diferentes sujeitos sociais na construção das metas e agenda do plano. Como não é possível relatar todos os dados desta pesquisa, faremos um destaque de alguns dos seus aspectos julgados mais significativos.

As imagens do lugar e mapas mentais

O mapa mental é representado por referências que permitem reconstruir estruturalmente um lugar, através de alguns objetos, que podem ser físicos ou não. Procuramos identificar preferencialmente os objetos físicos.

No primeiro grupamento comparativo: moradores urbanos e das comunidades de pescadores, temos que a maioria dos entrevistados refere-se a uma localidade (restrita ou abrangente) que não segue uma divisão administrativa de bairros e sim do lugar, no sentido de uma representação que

possui do mesmo, seja seu bairro ou outro, mas que efetivamente expressa sua maior familiaridade com a ilha. O morro dos mineiros localizado no bairro do Itaguassú, ilustra bem a representação que um lugar pode ter como para seus moradores. O nome do bairro de Itaguassú onde está localizado o morro não foi citado pelos entrevistados que reconheceram o lugar pelo símbolo: morro dos mineiros, construído pelos migrantes originalmente vindos massivamente do Estado de Minas Gerais a partir de meados da década de 70. Permanece a referência espacial, embora hoje no morro dos mineiros vivam migrantes de outros estados brasileiros como da Bahia, Pernambuco, interior de São Paulo, etc.

Os entrevistados indicaram nomes de algumas localidades conhecidas pelos moradores em configurações pretéritas, muitas vezes ligadas a fatos. Poderia-se dizer pela identidade traduzida pelo fato e seu nome: os Castelhanos, é um exemplo. Os moradores ao dizerem que estávamos nos Castelhanos, imediatamente começam a contar sobre o tráfico de escravos que acontecia por aquela praia e a presença espanhola no tráfico.

Os moradores urbanos têm mais acesso às localidades e referem-se mais a praias e pontos turísticos do lado do canal. Há uma referência comum ao centro nominando-a como antigamente de vila, simplificação do antigo nome Vila Bela. Alguns moradores urbanos referiram-se a regiões da ilha não especificando a localidade como Litoral Norte ou a Ilhabela como um todo. Isto nos remete a uma representação de domínio para além da localidade.

Nas comunidades de pescadores artesanais é comum referirem-se a Ilhabela como duas ilhas: a do lado do canal e a das comunidades. A ilha onde vivem e a ilha-cidade. Isto tem fundamento na exclusão territorial e social que vivem, nas noções de território e cultura.

Curioso foi o aspecto simbólico revelado por alguns entrevistados que substituíram a localidade física por um símbolo: o paraíso. Alusão a uma imagem mítica de que o lugar contém uma representação simbólica de natureza “pura” divinizada.

Separando o agrupamento de entrevistados pelo fato de terem ou não nascido na ilha temos como aspectos mais significativos dos mapas mentais o fato de que os moradores nascidos na ilha dizem, e de fato conhecem, praticamente toda a ilha. Falam de sua experiência de vida com o lugar.

O lugar como expressão da Ilha paradisíaca e de paisagem edênica

Na Ilha de São Sebastião, tanto os moradores urbanos, como as comunidades de pescadores, em diferentes faixas de idade, nascidos ou não na ilha identificam como imagens recorrentes do lugar e da ilha: beleza, maravilha, paraíso, lugar bom, tranquilo, água pura, paz, sossego. Símbolos de uma vida hoje distante e que de certo modo demonstram seus desencantamentos com a vida real que têm hoje. Ao mesmo tempo em que a Ilhabela é maravilhosa e bela ela representa na vida real, um mundo em conflito. Conflitos com o Parque, conflitos com o turismo.

Outro símbolo recorrente está nas representações do mar. O mar aparece associado à relação filho/mãe. Alguns entrevistados chegaram a dizer que o mar e a ilha são como mãe e filhos. Essas representações também estão relacionadas ao mito do paraíso perdido e são representações procuradas pelo ser humano, talvez associadas ao aspecto provedor e de sobrevivência que se associa ao mar (Diegues, 1998: 21).

A referência ao mar e a ilha explicitada por todos os moradores indistintamente entre as coisas que mais lembram reforça a idéia de que numa ilha a cultura, a sociedade e o território de fato coincidem.

Para as comunidades os símbolos mais recorrentes são a pesca, a roça, o artesanato, as histórias antigas, as festas. A cidade também é citada, mas sempre como uma coisa de outro lugar. Para os pescadores de ambos os lados da ilha o futebol, a praia, as festas são lembradas como atividades significativas em suas vidas. Dos aspectos ambientais mais notáveis pelos moradores sem distinção estão: o mosquito borrachudo, as cachoeiras, praias, matas, a montanha, as rochas, componentes da paisagem insular ligada a uma presença notável da natureza.

Para as comunidades e moradores urbanos nascidos na ilha, o mar, a mata, as paisagens insulares não são apenas espaço físico, móvel, mutante, mas o meio de trabalho, de sobrevivência. O mar e a ilha foram identificados por eles como território onde desenvolvem práticas sociais e simbólicas, portanto são representados também como lugar. A representação do trabalho para os moradores urbanos aparece na atividade: turismo, comércio, investimentos, negócios, etc. Para as comunidades através de instrumentos de trabalho e atividades: pesca, roça, canoa, tipiti, peneira, balaio, rede.

Como diz Bachelard (1998: 84) ...”toda grande imagem simples revela um estado de alma”. Nesse sentido merece destaque nas representações projetadas pelos moradores à associação do lugar e da ilha as palavras **casa, morada, lar**.

Estas expressões utilizadas pelos entrevistados dizem respeito às referências que os moradores tem da ilha enquanto espaço de intimidade. Ou seja, embora se reconheça diferentes segmentos sociais e culturais entre os ilhéus a representação da casa reforça a imagem de que a ilha é a morada comum. Isto também permite estabelecer imagens cognitivas do *eu* e do *outro*. Eu estou em *minha casa (ilha, lugar)*, os que chegam vêm a *minha casa (ilha, lugar)*. *Implica* também num sentimento de solidariedade entre os ilhéus, mesmo que existam conflitos internos. Ou seja a ilha é a nossa casa, para o mundo que representa por oposição a rua. Como diz Da Matta (1997: 53).

“...Metáforas e símbolos onde a casa é contrastada com a rua são, pois abundantes numa sociedade onde a casa é concebida não apenas como um espaço que pode abrigar iguais (como é o caso da família norte-americana) e está sujeita às normas vigentes na rua, mas como uma área especial: onde não existem indivíduos e todos são pessoas, isto é, todos que habitam

uma casa brasileira se relacionam entre si por meio de laços de sangue, idade, sexo e vínculos de hospitalidade e simpatia que permitem fazer da casa uma metáfora da própria sociedade brasileira”.

A representação simbólica do lugar como nossa casa remete a essa espécie de solidariedade sincrônica dos moradores com a ilha. Ai advém uma outra metáfora importante para nossa sociedade a de se referir a “casa” como local de trabalho, ou até mesmo o país (Da Matta, *op.cit*). Esse simbolismo pela casa é extenso em nossa sociedade. Pensando nas questões socioambientais que discutimos desde o início deste trabalho poderíamos dizer que por tudo isso. “ser posto fora de casa” ou expropriado de seu lugar significa algo extremamente violento.

“...pois se estamos expulsos de nossas casas, estamos privados de um tipo de espaço marcado pela familiaridade e hospitalidade perpétuas que tipificam aquilo que chamamos de “amor”, “carinho” e consideração. Do mesmo modo, “estar em casa”, ou sentir em casa, fala de situações onde as relações são harmoniosas e disputas devem ser evitadas”...(Da Matta, 1997: 54)

Assim reiteramos que ao tratar de questões da sociedade brasileira, através das múltiplas representações que temos do mundo deve partir das visões diferenciadas que a própria sociedade constrói de si mesma.

“Porque a casa é o nosso canto do mundo. Ela é como se diz amiúde o nosso primeiro universo.” (Bachelard, 19: 24)

Concepção de natureza

Todos os moradores entrevistados ressaltaram os atributos da natureza que mais se evidenciam na ilha: as cachoeiras, as matas, os animais, as plantas. Fica evidente nas respostas a força que tem esses atributos na paisagem da Ilhabela e na sua percepção pelos moradores. No entanto prevaleceu entre todos os entrevistados atributos de uma natureza desumanizada. Uma natureza pura, paradisíaca, fenomenal. Nas entrevistas dos moradores urbanos somente duas respostas se referiram a natureza ligada à própria existência e sobrevivência urbana.

“Gosto da plantação, muita roça, caça bastante. Gosto de caçar. Gosto das Tocas. Gosto de pescar camarões. Sei todo o tipo de pesca. Meu pai criou os filhos com a pesca. Acho que conseguiria criar meus filhos só com pesca” Nilton, filho de pescador 30 anos - nascido em Castelhanos, hoje morador da cidade - instrutor de parasail - (Engenho d’água)

“...não plantam mais, só o pai dela, e os antigos plantavam. O pessoal hoje desistiu de plantá. Ele (o pai) planta mandioca e faz farinha” Rosilda, 33 anos - dona de casa - (Praia Mansa)

A representação de natureza difere muito entre os moradores, quando conversamos mais contextualizadamente sobre o cotidiano, e suas histórias de vida. Fora do roteiro de perguntas pode-se estabelecer com muitos dos entrevistados uma conversa sobre o assunto. Sr. Pedro Euzébio, um dos moradores mais velhos dos Castelhanos, expressa sua concepção de natureza.

“Tudo que eu faço é pra minha mulher... Meus filhos são todos criados. São 7 filhos. Umzinho só Deus precisou... Tô em casa aborrecido, vou pra cima da pedra e olho a natureza. Pego lenha. Eu penso: meu Deus me deu essa natureza que eu posso mexer aqui... O caiçara aqui pensa que é dono da natureza. Mas tem que pedir licença para a natureza. Entro dentro da mata virgem e peço licença. Sou analfabeto. É o pensamento que diz que tem que pedir licença. Lembra que tem Deus e pensa que não é natureza. A juventude não pede licença... Sr. Pedro Euzébio, 74 anos - pescador (Castelhanos) – Fig. 04

Sr. Pedro demonstra a sabedoria daqueles que aprenderam com a vida, às vezes a duras penas. O que mais nos chamou atenção em sua fala é que ao mesmo tempo nos falava da natureza, do homem e de Deus. Ele nos falou da vida e em sua fala mais do que a paixão pelo seu lugar, mesmo diante da pobreza, o seu respeito por uma natureza provedora.

“Pra quem gosta de plantá que nem eu seria bom uma roça. Eu plantava arroz, milho, fazia horta, cana, batata doce, dá bem. Feijão, não dá. Gosto de tudo nunca vou sair daqui. Se sair daqui eu morro. ...Sr. Pedro Euzébio, 74 anos - pescador (Castelhanos)

Sr. Pedro Euzébio refere-se a uma natureza mítica, mas materilizada como natureza provedora nas matas, em peixes, casas, roça, canoas, portanto uma natureza informada pela cultura que ele transforma material e simbolicamente.

Para os caiçaras a natureza é divindade, mas também recurso, meio de vida e de existência. Para os moradores urbanos prevalece um distanciamento maior, sendo a natureza representada pela dimensão mais contemplativa de uma existência disjunta entre homem e natureza. Falam da mesma como uma externalidade e a humanizam apenas nos sentimentos, tais como ela é dengosa, solitária, saudável, boa, alegria, etc. .

Bachelard (1989:) aborda o processo de apreensão da realidade como elaboração e re-elaboração das imagens que atendem a idéias e conceitos. É como se construíssemos um mundo a partir do significado que ele assume para nós e o resignificássemos constantemente a partir de referências da cultura.

Em relação à natureza os moradores nascidos na ilha, em particular as comunidades de pescadores têm, como afirma Bachelard (1989: 119), um sentimento filial.

Identidade e lugar

A percepção do lugar pode ter um caráter individual, mas que se projeta como percepção coletiva, na medida em que expressa seletivamente aquilo que uma pessoa, grupo social ou segmento cultural tem como interesses diante daquilo que está acostumado a observar e vivenciar. A identidade está profundamente enraizada ao contexto sociocultural de um lugar. No caso da Ilhabela os moradores entrevistados de um modo geral, percebem e valorizam os componentes da paisagem que mais caracterizam a ilha: suas matas, suas águas, seu mar. Prestam também especial atenção as relações entre pessoas no interior da ilha, principalmente às comunidades de pescadores, podendo-se identificar o modo como se vem uns aos outros:

“A ilha aqui tem tranqüilidade pessoas que você confia (Sr. Severino Gomes, 58 anos, Reino - mora na ilha há 36 anos)”

O povo que vem de fora. Na cidade tem o Morro dos Mineiros². É isso trouxe violência para o lugar...(Angélica, 25 anos - Praia Mansa - nasceu na Praia Mansa, morou na vila e retornou)

É o meu segundo berço. Brigo por isso aqui. Assumo como coisa minha. Eu dei muito certo. A ilha precisava de mim mais do que o meu lugar. João Batista Dias, 46 anos. Funcionário do Peib, (mora na ilha há 17 anos)

Segundo Machado (1996: 105) que descreveu a Serra do Mar pela perspectiva experiencial, a...

“atividade perceptiva diária enriquece continuamente a experiência individual e por meio dela as pessoas se apegam cada vez mais ao lugar”...

É o que demonstram as falas acima. Indistintamente a maioria dos entrevistados mencionou esse apego:

A relação entre os entrevistados e a ilha demonstrou grande afetividade, a despeito dos problemas sociais que enfrentam principalmente as camadas mais pobres. Segundo Machado (*op. cit*) isto é fundamental para se compreender os vínculos existentes entre as pessoas e uma paisagem vivida e uma outra não-vivida. Neste sentido as paisagens de Ilhabela parecem aos olhos dos entrevistados o lugar que corresponde a suas aspirações, desejo: são partes de suas vidas, tem um elo existencial que se estabelece entre a afetividade e a identidade construída. Os entrevistados listaram em suas respostas bens que parecem essenciais tanto para o viver material como espiritual:

² O morro dos mineiros fica no bairro de Itaguassú. Foi ocupado por migrantes vindos do estado de Minas Gerais. É um setor da cidade muito pobre onde a ocupação desordenada “favelizou” a encosta. Hoje no morro dos mineiros existem migrantes de vários estados brasileiros.

energia, lugar sossegado, o melhor lugar para viver, sensação de liberdade, paz, qualidade de vida, nossa terra, etc .

Talvez possamos generalizar dizendo que os moradores da ilha têm uma identidade construída topofílica, mesmo diante de vários problemas cotidianos, tais como a questão de infraestrutura de saneamento básico, falta de trabalho, conflitos com o parque e o turismo. Essa identidade construída na vivência e informada pela cultura não mostrou diferença entre os segmentos de entrevistados. Talvez isto também demonstre que a identidade está para além das diferenças culturais, pois retrata o modo com nos ligamos afetivamente às paisagens. Reafirmando o que já expusemos anteriormente que o meio insular com um território definido, reforça a noção lugar. Sendo o território-lugar, expressão de muitas formas de solidariedade e relações sociais.

Sobre o futuro da ilha...

Quando analisada a expectativa futura por faixa de idade temos que os entrevistados com menos de 20 anos, nascidos ou não na ilha acreditam que a ilha vai melhorar. Os adultos de 21 a 30 anos, diferem em suas respostas. Os nascidos na ilha são mais otimistas em relação ao futuro do que os migrantes. Muitos afirmaram que a ilha vai piorar e tem dúvidas quanto à conservação da ilha para as gerações futuras. Comparam o presente com o momento de sua chegada à ilha e constataam mudanças. Os adultos da faixa etária de 31 a 40 anos, respondem que a ilha vai mudar e apenas um morador nascido na ilha relacionou a conservação ao fato da ilha ser um parque.

Acima de 40 anos as respostas se reportam a saudade do tempo passado e valorizam o que a ilha já foi enquanto ambiente e paisagem. Mesmo assim são otimistas em relação ao futuro, colocando muitas vezes que isto está nas mãos de governantes, turistas e moradores.

Em relação ao valor ecológico e conservação. Os moradores nascidos na ilha mais jovens relatam na entrevista sua ligação com o lugar e identidade construída. Revelam também que olham o “estrangeiro” ou o turista como aquele que usa mal a ilha e a degrada.

O lixo é uma preocupação presente quando se aborda a relação entre o morador e o turista, também nas demais faixas de idade. Sendo o fato que mais incomoda os moradores entrevistados.

Nas faixas de idade de 21 a 30 anos tanto o morador nascido como o migrante associa o comportamento diante da natureza com a conservação, utilizando-se de expressões como não destruir, preservar, dignidade, não depredar, etc.

Já no segmento de 31 a 40 anos os moradores nativos da ilha relacionam o respeito ao morador caiçara e se modo de vida, como um fato a ser considerado no uso da ilha. Associa-se o valor ecológico ao valor cultural, representado pelas comunidades. Para o não nascido a preocupação central é em relação ao controle do fluxo de pessoas em temporada, pois dele decorre o desabastecimento da ilha, aumento do custo de vida, a violência.

O conteúdo das respostas é semelhante nos demais segmentos, ressaltando-se que o conflito entre morador e turista é o principal tema levantado tanto pelos nascidos na ilha como pelos migrantes.

A auto-imagem de participação

Um dos discursos centrais das políticas públicas ambientais tem sido quanto ao seu compromisso com a democracia e portanto com a participação. No entanto temos visto a sistemática desconsideração que os governantes tem dado aos movimentos sociais no Brasil. Qual o significado da participação democrática em cenários onde prevalecem as não-políticas de saúde, educação, moradia, etc.?

Quando analisamos as políticas conservacionistas praticadas nos últimos anos vemos que houve claramente um processo de participação tutelada pelo estado. Não podemos dizer que houve efetivamente democratização das decisões. Os projetos políticos são construídos sem a participação efetiva dos principais atingidos pelas políticas públicas. Muitos avanços se deram, quanto a divulgação de informações governamentais, mas o processo participativo nas decisões de planejamento não são democráticos. Do lado do governo sempre se afirma que a sociedade não está preparada para poder tomar decisões. De fato faltam-lhe em muitas das vezes as informações e o tempo para que possam refletir sobre as propostas. Mas isto não quer dizer que ela não esteja consciente da necessidade de maior participação nas decisões.

Propusemos aos entrevistados a análise de três cenários de participação para avaliar a concepção e auto-imagem de compromisso com o Plano de Gestão Ambiental do parque. Sugerimos os seguintes cenários:

Opção A – Nossa vida vai mudar muito pois a prefeitura, o governo do estado e os empresários vão fazer um Plano de Gestão Ambiental do PE. Ilhabela e nele nós teremos pouca influência.

Opção B – Nossa vida vai mudar muito, pois a Prefeitura, o governo do estado, os empresários e a comunidade estão empenhados para implantar juntos um Plano de Gestão Ambiental do P.E. Ilhabela e isto vai influir em nosso bairro.

Opção C – Nossa vida vai mudar pouco, pois a Prefeitura e o governo do estado não tem interesse político ou recursos para implantar o Plano de Gestão Ambiental do P.E. Ilhabela. Mesmo que seja bom não temos poder para convencer ninguém

Na **Opção A** enfatiza-se uma transferência das decisões para o governo, num modelo cívico não participativo. Na **Opção B** enfatiza-se um modelo cívico de participação onde a comunidade é fundamental nas decisões. Na **Opção C** procuramos identificar a credibilidade nas políticas públicas ambientais.

A maior preferência teve uma escolha sempre abaixo de 40% das respostas. Sendo a opção C, com 34% das respostas, foi a preferida pelos entrevistados.

A menor preferência obteve o maior número de respondentes, sendo a opção B a que recebeu maior número de respostas com 49,48%.

Foram indiferentes a qualquer cenário 25% a 32% dos entrevistados. Os entrevistados foram mais indiferentes à opção A.

Os entrevistados declaram descrédito no governo. Em relação ao Plano de Gestão Ambiental do parque não crêem que o estado tenha efetivo interesse em implantar um plano de Gestão Ambiental mesmo que isso seja bom. Por outro lado esse plano mudaria bastante a situação dos moradores da ilha se todos participassem, mas isso não é o que pensam os entrevistados que acreditam mais em planos participativos.

Diante desses resultados e de entrevistas feitas com representantes do poder local (vereadores e pessoas vinculadas a partidos políticos em Ilhabela) e representantes da comissão que atuou nas oficinas do PGA é possível inferir que:

- Embora o PGA seja desconhecido da maioria dos moradores em tese planos do governo são feitos e não são seguidos. O que de certo modo vem acontecendo com o PGA, que embora tenha uma versão oficial publicada, já sofreu mudanças e muitos itens aprovados pelos moradores não vem sendo priorizados no estudo de manejo do parque.
- Por outro lado os resultados de entrevistas demonstram que há noção de que vivemos uma época onde se pode e deve participar das decisões de governo, mas não se acredita no governo. Os moradores, ainda que participem não tem poder de influir nestes planos.

Considerações finais sobre a descrição das entrevistas

A democracia participativa não é uma questão de reconhecer ou conceder a alguém direitos. Mas efetivamente uma apropriação civil dos direitos e liberdades democráticas. Esta conquista depende de vontade política mas também de mudanças nas mentalidades e organização política. Essa conquista envolve consciência, organização, ação política, ética, democracia, e muitos outros fatores, que interagem em espaços e tempos distintos. As concepções de mundo, de natureza, de inter-relações são essenciais nesta conquista. Em Ilhabela o modo como os moradores conhecem o ambiente insular, valorizam suas singularidades e refletem sobre o modo como se pode utilizá-la e conservá-la, questionando ao mesmo tempo como torná-los lugar de melhores condições de vida para todos os ilhéus e não apenas para uma parte de seus moradores e frequentadores é um passo essencial dessa nova pedagogia para a cidadania. Isso implica em questionar o quanto se conseguiu conservar sem degradar a vida das próprias pessoas, comparando usos, idéias e projeções que as pessoas tem de seu lugar.

No entanto, no estado transitório, o que prevalece de imediato é a experiência direta das

pessoas com os lugares. São as pessoas que sentem, vivem e transformam os diferentes lugares cotidianamente.

Para a natureza o importante é saber como ela vêm sendo utilizadas, quais os problemas desta utilização, no que podemos melhorar para garantir a permanência de seus processos funcionais. No entanto para a sociedade interessa quem utiliza e a quem esse modo de utilização estará atendendo.

Neste sentido nos parece que em Ilhabela o nível de conscientização das problemáticas socioambientais está claro. As concepções de mundo divergem mas podem se somar em torno de interesses comuns. A pluralidade cultural dos ilhéus é uma vantagem e pode concorrer para aprimorar os projetos de conservação. A questão central nos parece estar nas concepções das políticas públicas que operam com um conceito de natureza desumanizada, de território como perímetro e de lugar como localidade.

A urbanização recente e a progressão do desmatamento na ilha de São Sebastião

O desmatamento é o paradigma da conservação de florestas tropicais no Brasil. O desmatamento tem sido muitas vezes estudado como sendo uma consequência das atividades econômicas locais, regionais ou de aspectos socioculturais, tais como o fato dos agricultores utilizarem o fogo para limpar a roça, ou retirarem madeira para confecção de canoas e apetrechos de pesca, no caso dos pescadores artesanais. Quando a análise é feita sob essa ótica podemos perder de vista alguns aspectos conjunturais que levam, não o agricultor, mas um país inteiro a destruir os remanescentes de suas florestas tropicais.

As Matas Atlânticas passaram por um processo de destruição sistemática ao longo da história brasileira. Hoje resta apenas 12% de um total de 1.300.000 quilômetros quadrados dessas matas localizados em sua maior parte na região sudeste brasileira.

No domínio das matas Atlânticas estão as maiores cidades brasileiras onde vivem 80 milhões de pessoas, ou mais de 50% da população brasileira. Neste estão, também, os grandes pólos industriais, químicos, petroleiros e portuários do Brasil, sendo responsáveis por 80% do PIB nacional.

O estado de São Paulo, atingiu o máximo de desmatamento entre 1920 e 1935 (tabela xx) . Restam 1,7 milhão de hectares de mata atlântica, sendo que cerca de 80% estão localizados no litoral. No interior do estado de São Paulo, por exemplo, quase toda a vegetação de florestas tropicais foi dizimada restando apenas algumas manchas em propriedades privadas ou abrigadas em unidades de conservação. Estima-se que restaram apenas 16% da cobertura vegetal em todo o estado de São Paulo (incluindo outros ecossistemas). Muito embora os maiores desmatamentos tenham ocorrido no período da monocultura do café, hoje ainda temos uma forte tendência de desmatamento dada a utilização das áreas de floresta para dar lugar às hidrelétricas e a expansão da urbanização com fortes investimentos imobiliários, principalmente na zona litorânea.

No século XVI o Estado de São Paulo possuía aproximadamente 81,8 % de seu território coberto por florestas (Victor, 1975), abrangendo um gradiente de fitofisionomias de matas determinadas pelo clima e pelo relevo, desde as escarpas litorâneas até as barrancas do Rio Paraná. Várias destas formações foram praticamente extintas do estado de São Paulo durante os diferentes ciclos econômicos que comandaram a agricultura, a industrialização e a urbanização.

No Sudeste brasileiro à época do café os desmatamentos progrediram pela região litorânea, a partir da fronteira do Estado do Rio de Janeiro, alcançando o Vale do Rio Paraíba. A cafeicultura expandiu-se para o interior abrangendo quase todo o estado. Nos anos 20 deste século, a devastação já havia reduzido a cobertura original do Estado a 44,8% de sua área total. Na década de 1950, restavam apenas 26%. Hoje as estimativas apontam remanescentes de cobertura florestal em torno de 16% para todo o Estado (Viana, 1997: 353) Outras culturas também colaboraram para a “extinção” das florestas paulistas, entre elas a silvicultura do eucalipto e do pinheiro do caribe na, a cana-de-açúcar e a soja, e as pastagens.

É importante ressaltar que estas estatísticas devem ser olhadas com cuidado pois se referem também a uma média para todo o estado de São Paulo. No litoral sul do estado de São Paulo ainda ficaram as maiores extensões de florestas remanescentes. Segundo Sampaio & Angelo-Furlan (1994) o Vale do Ribeira ainda possui uma cobertura florestal de mais de 50% de sua área original.

Tabela 01- Evolução da perda de cobertura florestal no Estado de São Paulo

Ano	Área (x100 ha)	Área* (%)
1500	20.450	81,8
1854	19.925	79,7
1886	17.625	70,5
1907	14.500	58,0
1920	11.200	44,8
1935	6.550	26,2
1952	4.550	18,2
1962	3.406	13,7
1973	2.075	8,3
1985	1.793	7,4
1990	1.731	7,2

* Relativo à área total do estado

Fontes: Victor (1975) 15000 a 01973; Fundação SOS mata Atlântica (1992); 1985 a 1990

Tabela 02 - Áreas cobertas por remanescentes de mata atlântica e ecossistemas associados no Estado de São Paulo

Classe	1985		1990		Incremento		Decremento	
	ha	%*	ha	%*	ha	%**	ha	%**
Floresta	1.792.629	7,42	1.731.472	7,16	563	0,03	61.720	3,44
Restinga	175.936	0,73	174.793	0,72	0	0,00	1.153	0,66
Mangue	16.460	0,07	16.359	0,07	0	0,00	101	0,61

A explicação para essas diferenças na intensidade de desmatamento vem do fato do Vale do Ribeira nunca ter acompanhado os ciclos econômicos dominantes no estado configurando-se sempre como uma região de economia marginal.

Nos fragmentos de resultaram a complexidade ambiental e a biodiversidade também são resultado do manejo das florestas pelas populações humanas que se sucederam. As culturas pré-cabralinas (ameríndios) e alguns segmentos diferenciados da sociedade majoritária (populações tradicionais), tais como os camponeses caiçaras e quilombolas se caracterizam por uma forte interação com as florestas e influíram no seu desenvolvimento. A comunidade tradicional caipira, formada por grande número de pequenos produtores rurais que habitam, há muitas gerações as regiões florestadas, complementam sua atividade de agricultura itinerante e pesca com o extrativismo e cultivam, na sua pequena, gleba espécimes da floresta nativa (algumas frutíferas e plantas que fornecem matéria prima para fabricação de utensílios domésticos)³. A contribuição dessas populações na formação das fisionomias florestais da região tem sido praticamente ignorada, da mesma forma que pouca atenção se dá ao seu conhecimento e suas técnicas de uso do ambiente⁴.

O sistema de uso do solo, na maioria das comunidades de pescadores artesanais que vivem na Ilha, reproduz o sistema tradicional encontrado em outras comunidades caiçaras ou de remanescentes de quilombos.

Na verdade, os impactos das práticas tradicionais a nível macro-regional são reduzidos e as matas foram bem preservadas por estas populações, com esta prática a centenas de anos. A razão é simples: quase toda a atividade agrícola depende dos períodos de pousio e das capoeiras, que são a forma tradicional de fertilização da terra usada pelos agricultores locais⁵.

Apesar disto, os tipos de unidades de conservação escolhidos para as áreas com este modo de ocupação (Estações Ecológicas ou Parques) não levaram em conta nem as formas tradicionais de uso dos recursos naturais pelas populações que ali residem, nem os impactos sociais e econômicos da criação da UC sobre estas populações.

Nestes tipos de UC não se pode pescar, plantar ou caçar, quanto mais desmatar capoeiras ou capoeirões. As fontes de alimentação e de renda dos moradores ficaram desta forma reduzidas a nada, pois a pesca no caso dos caiçaras também depende da mata. Suas formas tradicionais de manejo e de exploração dos recursos naturais foram proibidas.

³ Este padrão guardadas certas peculiaridades regionais, se repete em praticamente todo o território brasileiro, reflexo do sistema de ocupação do país, desde a chegada dos europeus.

⁴ É importante enfatizar que muitas destas populações derivam de povoamentos residuais de surtos econômicos (cana de açúcar, café, mineração, entre outros) ou de migrações internas decorrentes de perseguições (índios), catástrofes (secas) ou exclusão econômica em outras regiões do país.

⁵ O desmatamento na ilha deve-se, na realidade, principalmente a história de ocupação e a atual expansão urbana e aos loteamentos para turistas, etc.

Com isto, para os moradores que dependem das áreas protegidas para o seu modo de vida a situação piorou em vez de melhorar. Os jovens foram se afastando de suas terras, em busca de condições de sobrevivência nas cidades. Vários moradores abandonaram ou venderam seus sítios e posses. Imensas áreas viraram terra de ninguém. No caso da Ilhabela o desencanto é o mesmo. Os moradores são vigiados e não tem tido sucesso em suas reivindicações. Haja vista a pequena importância e prioridade que foi dada as suas questões no Plano de Gestão Ambiental do Parque. Nenhum dos pontos de sua pauta do acordo foram encaminhados e a população se queixa dos mesmos problemas de origem. Não pode roçar nem fabricar seus apetrechos de pesca. Não pode reformar uma casa ou mesmo se utilizar de produtos da floresta para outras finalidades, sejam elas medicinais, alimentares, etc.

Progressão do desmatamento na Ilha de São Sebastião

Segundo pudemos depreender de estudos anteriores às florestas da ilha vem sendo alteradas há séculos (França, 1954). No século XVII, os portugueses estabeleceram-se, estrategicamente, na ilha para combater os Tupinambás, que ocupavam a parte continental da região. Vários engenhos foram instalados na ilha para produzir açúcar e cachaça, assim como cultivar o fumo, anil, arroz e mandioca. No século XIX, o trabalho escravo trouxe para a Ilha povos africanos. Nesta época a ilha chegou a ter mais de 10.000 habitantes. França (*op.cit.*) já relatava que ao caminhar pelas trilhas, percebia-se na vegetação florestal muitos elementos não pertencentes a nossa flora e que remontam a presença de atividades agrícolas nestas capoeiras. Pudemos também, identificar na trilha do Baepi, Água Branca e estrada de Castelhanos, remanescentes de café, banana e outras plantas exóticas. O café, a canas-de-açúcar e algumas árvores frutíferas, foram economias que produziram extensos desmatamentos abaixo da cota 300 metros, principalmente na face voltada para o canal, nos terrenos menos íngremes. O fraco desempenho dessas economias na ilha e a morfologia do terreno garantiram a recuperação de uma fisionomia florestal na maior parte da ilha.

Para poder avaliar a extensão e progressão dos desmatamentos nos últimos 21 anos, foram analisados três grandes estudos: o realizado por Vitor (1975), o da Fundação SOS Mata Atlântica (1993 e 1998) e imagens de satélite do INPE, datadas de 30/07/1986, /07/1994 e 36/06/1997. Foram feitas algumas correlações com a urbanização do município nas últimas décadas. Para tanto, além da análise cartográfica e confecção de material de síntese, foram realizadas 9 visitas a campo de modo a conferir e analisar os dados empiricamente.

Para avaliar o estado atual destas florestas trabalhou-se fundamentalmente com a análise de fotografias aéreas, imagens de satélite e trabalho de campo. Nesta análise foram identificadas as áreas que perderam cobertura e as áreas que recuperaram formações secundárias. Trabalhamos com imagens TM (Sensor Thematic Mapper Spectral Bands), sob forma digital formato CD-ROM (TIFF). Os mapas finais do estudo da progressão do desmatamento e das tipologias de florestas

foram analisados segundo uma proposta de legenda criada pela autora, utilizando-se o sistema Ilwis 2.0 para análise das imagens.

O estudo foi feito com base nas cartas topográficas, levantamento de fotografias aéreas e imagens de satélite, constatando um aumento de 5% de desmatamento no período de 1986 a 1997. Destamamento concentrado na região do canal em função da expansão urbana. O produto da análise destes documentos está na Figuras 05 e 06 sob forma de cartogramas.

Na Ilhabela o desmatamento tem se concentrado nas faixas fora dos limites do parque. O sopé da montanha é o que apresenta os maiores índices de transformação de sua cobertura. O uso agrícola pretérito, a urbanização e expansão do turismo de segunda residência são os maiores responsáveis por esse decréscimo de vegetação. Os incêndios ocorrem com frequência nos morros que avançam sobre o mar em toda a encosta de Ilhabela. Destroem a formação herbácea e levam a pauperização do solo, favorecem a erosão, aumentam o risco de deslizamento e comprometem a qualidade dos corpos d'água.

Esta perda tem sido progressiva em Ilhabela, que tem passado nas últimas décadas por um intenso processo de crescimento de sua área urbanizada. A agravante da situação em Ilhabela é que naturalmente sua morfologia é inadequada ao adensamento. A ilha possui terrenos íngremes, sujeitos a erosão e nas poucas e exíguas planícies litorâneas o adensamento urbano tem produzido uma série de problemas onde o mais grave tem sido o saneamento básico, poluição dos corpos de água e também a perda de cobertura vegetal.

Conclusões deste estudo

1. No Brasil, costuma-se defender o direito das "populações tradicionais", que, por suas culturas e suas formas de manejo da natureza, podem contribuir de maneira decisiva para a conservação e para o conhecimento dos ecossistemas da Mata Atlântica. Mas tropeça-se na diversidade de situações e realidades e na complexidade dos problemas.
2. Primeira questão de difícil resposta é como definir as "comunidades tradicionais": pela maneira como usam os recursos naturais ou pelo tempo de permanência no local? Tomando o primeiro critério, o das formas de uso dos recursos naturais: O que diferencia as comunidades tradicionais que incorporaram técnicas e padrões de vida "modernos" (em algumas já vemos parabólicas, uso de técnicas modernas na bananicultura e introdução da cultura do maracujá), das comunidades que se implantaram mais recentemente nas UC e que reproduzem técnicas tradicionais de uso dos recursos naturais? Tomando, o segundo critério, o do tempo de permanência. O que dizer de populações tradicionais que têm costumes migratórios (os Guarani, por exemplo)? E o que dizer da tradição, freqüente em muitas regiões rurais, de buscar novas posses quando a atual está pequena ou desgastada?

3. Segunda questão de difícil resposta: só as "comunidades tradicionais" devem permanecer nas UC ou os menos tradicionais também têm este direito? Devemos considerar esta questão sob dois aspectos: o legal e o dos direitos do cidadão. A criação de uma UC se faz por lei. O direito de quem se encontra nas UC antes desta criação devem portanto ser respeitados, quaisquer que sejam as origens destes moradores, suas práticas e seu tempo de permanência no local. Existe - é claro - a obrigação da desapropriação, mas em realidade, ela só ocorre muitos anos depois da constituição da UC e - na esmagadora maioria dos casos - por iniciativa dos proprietários e não do Estado. Enquanto isto não ocorre, é legítimo que quem se encontrava na área antes da criação da UC continue com seus direitos assegurados. Este direito é, por sinal, explicitamente citado nos decretos e leis de criação de UC quando se menciona que as terras já comprovadamente devolutas são imediatamente incorporadas à UC e que as demais serão à medida que forem ou consideradas devolutas ou desapropriadas de maneira irrecorrível. Mas existe um outro direito do cidadão: o de dar condições de vida digna para si e sua família. Mais do que um direito, isto é um dever para todo e qualquer cidadão. É este dever que move um grande número de famílias a ocuparem terras devolutas e não cultivadas dentro dos perímetros das UC. Os problemas sociais do país são, inegavelmente, uma das causas deste problema. Mas existe outra causa: a ausência de controle por parte do Estado em grande parte das UC. O Estado, que tem sido portanto duplamente omissivo (ao não resolver o problema social e ao não controlar as UC), não pode ter como única resposta a expulsão pura e simples das comunidades que se instalam dentro das UC.
4. Além disto, ao criar uma UC, o Estado causa impactos econômicos e sociais enormes sobre a população residente: ele restringe as atividades econômicas, desvaloriza as terras, etc. O Estado deve, portanto, compensar de alguma forma estes impactos.
5. Admite-se que não há conhecimentos suficientes sobre os impactos das técnicas das populações atualmente residente nas UC, para se definir claramente o que se deve autorizar ou não. Na verdade, não se conhecem nem as populações nem suas técnicas, sejam elas (populações e técnicas) tradicionais ou não. Dada esta relativa "ignorância coletiva", o que devemos priorizar: a preservação dos recursos naturais ou a sobrevivência da população e suas formas atuais de uso dos recursos naturais? Na primeira parte da alternativa, o recomendado é autorizar só o que comprovadamente não é inofensivo do ponto de vista ambiental e proibir tudo o que pode - comprovadamente ou supostamente - comprometer os recursos naturais, inclusive práticas tradicionais. Neste caso, corre-se o risco de asfixiar as populações locais a ponto de comprometer sua reprodução e a preservação de sua cultura. Isto é: de desperdiçar um conhecimento sem o qual talvez sejamos incapazes de conhecer e manejar corretamente os recursos naturais que queremos conservar. Na segunda parte da alternativa, o recomendado é garantir a continuidade das técnicas atuais de manejo e negociar com as populações locais o abandono das práticas

comprovadamente nocivas para os recursos naturais. Esta opção traz em si um risco: o de permitir práticas degradadoras da biodiversidade e dos recursos naturais. Mas ela traz também em si um enorme potencial: o de ter a população local como aliada no esforço de conhecimento e na luta pela preservação dos recursos naturais.

6. As unidades de conservação que exigem desocupação (estações ecológicas, zonas de vida silvestre e parques estaduais) foram estabelecidas nas porções mais bem preservadas e que concentravam as terras devolutas. Esta alternativa, aparentemente simples, ignorou que o fato de que estas áreas abrigavam comunidades tradicionais e famílias de posseiros. impacto dessas unidades de conservação sobre a população local foi (e continua sendo) enorme pois, ao contrário do grileiro e do grande proprietário, a imensa maioria das famílias (sejam elas de comunidades tradicionais ou posseiros) não possui documento possessório ou recursos que lhes permita recorrer à justiça, seja para contestar a desapropriação ou para pleitear uma indenização adequada.
7. Nesta fase, em que o poder público faz um esforço para consolidar as unidades de conservação, a pressão para que as populações interiorizadas abandonem as suas áreas é muito grande. Embora não haja registro de enfrentamentos mais graves, as populações locais relatam vários casos de agressões, intimidações e prepotência. Alguns vendem o direito de posse para "investidores", que irão buscar bom lucro através de ações judiciais de indenização. Outros simplesmente desistem. Condenados a deixarem suas terras, de onde tiravam sustento simples mas suficiente, alguns vão tentar a vida nas favelas. A maioria, entretanto, tenta ocupar outras áreas.
8. Até hoje há uma enorme resistência do movimento ambientalista, bem como dos órgãos públicos, a qualquer tentativa de permitir a adequada permanência dessas populações nas áreas que já ocupam. Recusam-se a reconhecer que as práticas tradicionais (intencionalmente ou não) permitiram a conservação da área. Desprezam o conhecimento do ambiente que estas populações possuem. Não vislumbram o potencial deste conhecimento para o desenvolvimento de formas sustentáveis de aproveitamento da floresta. Também não conseguem perceber que, se estas populações permanecerem na área, usufrutuárias que são da floresta, será do interesse delas protegê-la de eventuais ações predatórias, facilitando o controle sobre a área como um todo.
9. Não foram feitos, até hoje, estudos visando, pelo menos, o realojamento adequado dessas pessoas. Procura-se evitar o fato de que muitos deles teriam muita dificuldade para encontrarem novas áreas para se instalar.
10. Ideal para uma ilha de São Sebastião é ter a menor ocupação humana possível. Menor introdução de espécies novas.

11. A política ambiental, é extremamente rigorosa e inflexível inibe inclusive alternativas de desenvolvimento menos agressivas. Assim, o pequeno agricultor, que limpa uma pequena área de capoeira⁶ para plantar uma nova roça para sua subsistência, é considerado infrator da mesma forma que o grande proprietário ou grileiro que manda desmatar extensas áreas, para a formação de pastos. A aparente "democracia" da lei se desfaz quando se verifica que, ao contrário do que ocorre com o grande proprietário, a multa pode comprometer o orçamento de vários meses de um pequeno proprietário. O pequeno tampouco tem recursos para recorrer das multas ou a alternativas menos éticas. De modo semelhante, a ação penal sempre incide diretamente sobre o pequeno agricultor e nunca sobre o grande proprietário, que age sempre por prepostos.

Algumas sugestões poderiam ser feitas para que o zoneamento pudesse amenizar dois conflitos mais graves cuja solução passa por melhor conhecer a biogeografia insular de São Sebastião, tais como:

- Recuperar as áreas degradadas considerando a demanda social local das comunidades de pescadores, e outros setores que utilizam a floresta insular, mas conhecer previamente a dinâmica das matas de encosta, principalmente estudos sobre demografia das plantas de maior interesse socioambiental.

Bibliografia consultada e de referência

Angelo Furlan, S., 2000. **Lugar e cidadania: implicações socioambientais das políticas de Conservação Ambiental (situação do Parque Estadual da Ilhabela na Ilha de São Sebastião-SP)**". 2000, 469p. Tese de doutoramento em Geografia Física. Departamento de Geografia – FFLCH-USP.

Angelo Furlan, S., 1996. Indicadores Biogeográficos em fragmentos de Mata Atlântica insular e continental e suas possíveis implicações paleoambientais. **Rev. do Departamento de Geografia - FFLCH-USP.** (10): 13-28,

Angelo Furlan, S., 1996. Unidade de Conservação Insular: considerações sobre a dinâmica insular, planos de manejo e turismo ambiental, in Geraiges Lemos, A. I. (org.) **Turismo: impactos socioambientais**, São Paulo. Hucitec: 114-136.

Angelo, S., 1989. **Ilhas do Litoral Paulista**. Secretaria do Meio Ambiente. Divisão de Reservas e Parques Estaduais e Universidade de São Paulo (Depto. de Geografia - FFLCH-USP), 49p.

Angelo, S.; 1990. Picinguaba: três décadas numa vila de pescadores do litoral norte do Estado de São Paulo. In: **II Simpósio de Ecossistemas da Costa Sul e Sudeste Brasileira**, volume 4: 96-120.

Bachelard, G., 1998. A poética do espaço. Coleção Tópicos. São Paulo: Martins Fontes, 242p.

Barraclough, S. & Ghimire, K., 1993. Forests and Livelihoods. **The Social Dynamics of**

⁶ Vegetação secundária arbórea, geralmente áreas de "descanso", que já foram cultivadas

- Deforestation in Developing Countries.** UNRISD, Geneve, 349 pp.
- Bourdieu, 1989, P. **O poder simbólico.** Lisboa: Difel, 1989, **xpp.**
- Cunha, L. H. O. (Coord)., 1989. Comunidades Litorâneas e Unidades de Proteção Ambiental: Convivência e Conflitos; o Caso de Guaraqueçaba (Paraná). Programa de Pesquisa e Conservação de Áreas Umidas no Brasil, USP - Ford Foundation - IUCN, Case Study 2.
- Damatta, R. **A casa e a rua,** Brasiliense, 1985
- Del Rio, V. & Oliveira, L. (orgs), 1996. **Percepção Ambiental: a experiência brasileira.** São Paulo, Studio Nobel e E. UFSCar, 265pp.
- Diamond, J.M. & R. M. May, 1976. Island biogeography and design of natural preserves p. 163-186. In: R. M. May (ed.), **Theoretical ecology: principles and applicatons.** Philadelphia, W. B. Sauders Co.
- Diegues, A. C. A C., 1997. **Ilhas e Sociedades Insulares,** São Paulo, ESALQ-USP, 235pp.
- Diegues, A. C. A C., 1998. **Ilhas e Mares: simbolismo e imaginário,** Geografia: Teoria e Realidade. São Paulo, Hucitec, 272pp.
- França, A. 1954. A Ilha de São Sebastião. Estudo de Geografia Humana. . **Bol Fac. Cienc. Let. Univ. São Paulo - Geografia,** 10: 1-195.
- Fundação SOS Mata Atlântica; 1992. **Atlas da Evolução dos Remanescentes Florestais e Ecossistemas Associados do Domínio da Mata Atlântica no Estado de São Paulo no Período 1985-1990.** Fundação SOS Mata Atlântica-INPE, São Paulo.
- Ghimire, K.; 1991. **Parks and People: Livelihood issues in National Parks Management in Thailand and Madagascar.** United Nations Research Institute for Social Development, Discussion Papers 23.
- IF - Instituto Florestal do Estado de São Paulo; 192. **Ilhabela: diagnóstico sócio-econômico e ambiental.** Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, São Paulo (Relatório Interno).
- MacArthur, R. H. ; J. MacArthur; D. MacArthur; & A. MacArthur, 1973. The effect of island area on population densities. **Ecology** **54:** 657-658.
- Maldonado, W., 1997. Comunidades caiçaras e o Parque Estadual de Ilhabela. In **Ilhas e Sociedades Insulares.** São Paulo, NUPAUB-USP, 123-136.
- Moles, A. 1982. **Nossologie ou science des îles.** In: **l'Espace Géographique** (4): 281-9.
- Mussolini, G., 1945. O cerco da tainha na Ilha de São Sebastião. **Revista de Sociologia,** 7 (3).
- Oliveira, L., 1977. **Contribuição aos estudos cognitivos à Percepção Geográfica.** In Geografia 3 (2).
- Péron, F., 1993. **Des îles et des hommes: insularité aujourd'hui.** Rennes Editions de la Cité-Ouest France.

anteriormente, dentro do sistema de agricultura itinerante.

- Sampaio, F. A. A. & S. Angelo Furlan, 1995. Políticas Públicas, Desmatamento e Agricultura no vale do Rio Ribeira de Iguape. Estudo de caso 5. São Paulo, Instituto de Pesquisas Ambientais, (inédito) 80pp.
- Santos, Milton, **Pensando o espaço do homem**. São Paulo, Hucitec, 1991.
- Santos, Milton. **A redescoberta da natureza**. Aula inaugural da FFLCH/USP, 1992.
- Santos, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo, Hucitec, 1987
- São Paulo (Estado) 1998. Secretaria do Meio Ambiente. Ilhabela - Plano de Gestão Ambiental - fase 1/ Secretaria do Meio Ambiente/ Coordenadoria de Informações Técnicas, Documento e Pesquisa Ambiental, Instituto Florestal, Fundação Florestal; Organizado por Bucchianeri, V.; Sanches, R. A.; Maretti, C.C.; Raimundo, S.; (et al) - São Paulo:SMA, 85p.
- Schierholz, T. 1991. Dinâmica Biológica de Fragmentos Florestais. **Ciência Hoje** (12):71.
- Serra-Filho, R.; Cavalli, A. C. & Guillaumon, J. R.; 1975. Levantamento da cobertura vegetal natural e do reflorestamento no Estado de São Paulo. **Boletim Técnico do Instituto Florestal**, São Paulo, 11:1-53 (2nd ed.)
- Shaver, C. M.; 1985. National Park Values and Living Cultural Parks. **Cultural Survival**, 9 (1): 51-53.
- Silva, A. C. da. 1975. Litoral Norte do Estado de São Paulo: formação de uma região periférica. Tese de doutoramento em Geografia Humana-FFLCH-USP, xxxp
- Simberloff, D.S. & L.G. Abele, 1975. Island Biogeography Theory and Conservation Practice. **Science**, 191.
- Simberloff, D.S. & L.G. Abele, 1982. Refuge design and Island Biogeography Theory: effects of fragmentation. **Am. Nat.** 120: 41-40.
- SMA (Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo); 1987. Mapa Florestal. por Gonzaga de Campos. Ed-fac-similar. São Paulo.
- SMA (Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo); 1996. Macrozoneamento do Litoral Norte: Plano de Gerenciamento Costeiro. São Paulo:governo deo Estado de São Paulo, Coordenadoria de Planejamento Ambiental (CPLA), Série Documentos. São Paulo. 202p.
- SOS Mata Atlântica, 1992. Atlas da Evolução dos remanescentes florestais e ecossistemas associados do domínio da Mata Atlântica no Estado de São Paulo no período 1985-1990.
- Terborg, J., 1974. Preservation of natural Diversity: the Problem of Extinction Prone Species. **Bioscience** 24 (12)
- Tuan, Yi-Fu, 1983. **Espaço & Lugar: a perspectiva da Experiência**. São Paulo, Difel, 250pp.
- Viana, L. P., 1996. Considerações críticas sobre a construção da idéia de população tradicional no contexto das unidades de conservação. São Paulo. Dissertação de mestrado (Mestrado em Antropologia) - FFLCH-USP, 217p.
- Vitor, M. A. M.; 1975. **A desvastação florestal**. Sociedade Brasileira de Silvicultura, São Paulo, 48 pp.